



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 116/2013

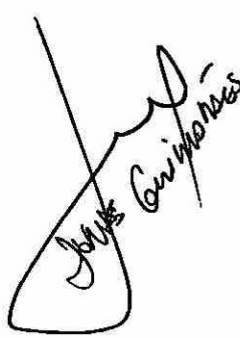

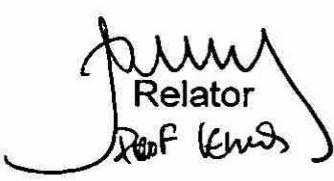
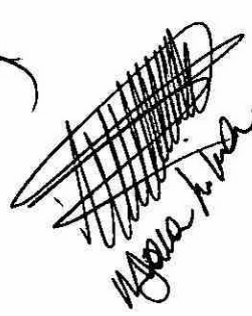
Autoriza a construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH no Município de Santo Antônio do Paraíso.

**Art. 1º** Fica autorizada a construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH no Município de Santo Antônio do Paraíso.

**Art. 2º** A construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH está sujeita ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2013.

 João Gonçalves  
 Presidente  
 Relator  
 Maria Lúcia



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 524/2013**

Transfere o Município de Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, para a Comarca de Astorga, de entrância intermediária, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Fica o Município de Pitangueiras, do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, transferido para a Comarca de Astorga, de entrância intermediária, alterando a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

**Art. 2º** Fica alterado o art. 288 da Lei nº 14.277, de 2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XIII, com a seguinte redação:

“Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:

(...)


XIII – Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, para a Comarca de Astorga.”

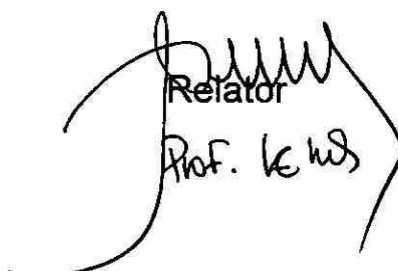



**Art. 3º** Ficam alterados os Anexos III, Tabelas 1 e 2, e IV da Lei referida no art. 1º.


**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2013.

  
Presidente Roberto Carlos

  
Relator  
Prof. Leus

  
João Guimarães

  
Paulo Roberto



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



PROJETO DE LEI Nº 436 DE 2013

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

**Em, 1.8 SET. 2013**

*P.*  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Denomina de "Rodovia José Luizão" o trecho da rodovia PR-182 entre os Municípios de Loanda e Santa Isabel do Ivaí.

**Art. 1º** Fica denominada de "Rodovia José Luizão" o trecho da rodovia PR-182 que liga os Municípios de Loanda e Santa Isabel do Ivaí.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2013.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

15720 18/09/2013 008198 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**JUSTIFICATIVA**

José Luizão nasceu em 09/05/1927, na cidade de Pirajuí - SP. Filho de João Luizão e Pasqualina Fiorilo, iniciou seu trabalho rural desde a sua infância na propriedade de seu pai Fazenda Bom Retiro, município de Balbinos-SP.

Casado, pai de dois filhos, viajou com sua família em busca de melhoria de vida, se instalando no Noroeste Paranaense, fincando suas primeira raízes no sítio São José, na época sendo distrito Loandense hoje pujante município de São Pedro do Paraná.

No Bairro Itambí que sediava sua propriedade rural labutou na roça em lavoura de café desde janeiro de 1958 até 1967, quando transferiu sua moradia para Loanda onde participou ativamente da vida comunitária, exercendo várias atividades como pedreiro e carpinteiro, contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

Desenvolveu também um importante trabalho no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Loanda, do qual fez parte da Diretoria em várias gestões, sempre defendendo e lutando pela melhoria dos direitos dos trabalhadores rurais do nosso município.

Sempre foi um amante da política, vocação que lhe foi transferida pelo seu pai João Luizão, vereador por dois mandatos e vice-presidente da Câmara no ano de 1954 no município de Balbinos, estado e São Paulo.

Nas sucessivas eleições de sua filha Jandira de Fátima (da qual José Luizão foi braço direito em várias campanhas eleitorais), atualmente no exercício do seu sexto mandato junto a nobre e egrégia edilidade Loandense, tendo também um sonho realizado quando sua filha, em abril de 1977, iniciou sua carreira como sindicalista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Loanda, ocupando o cargo como Presidente da entidade desde junho de 1991 até a presente data, trabalhando na luta pelos trabalhadores rurais e cidadãos Loandenses.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



José Luizão, por decorrência de complicações após um derrame, veio a falecer no dia 30 de julho de 2009 aos 82 anos de idade na cidade de Loanda, deixando um imenso vazio e eternas saudades no seio familiar e também aos amigos que conquistou ao longo dos anos, pois foi um dos pioneiros desta cidade.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto como forma de homenagear esse importante cidadão paranaense.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2013.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



Parecer ao Projeto de Lei nº 436/2013

Autor: Deputado Antonio Anibelli Neto

Relator: Péricles de Mello

Sumula: Denomina de "Rodovia José Luizão", o trecho da Rodovia PR-182, entre os municípios de Loanda e Santa Izabel do Ivaí.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE A RODOVIA NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, tem por objetivo denominar de "Rodovia José Luizão", o trecho da rodovia PR-182, entre os municípios de Loanda e Santa Isabel do Ivaí.



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



### FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente vale ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

**Art. 65.** A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Pérciles de Mello*



placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.  
(grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.  
(grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Quanto à técnica legislativa utilizada, verifica-se que o projeto de lei em questão não encontra óbice na Lei Complementar 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PERICLES DE MELLO**  
**RELATOR**

**APROVADO**

05/11/13 



PROJETO DE LEI

608/13

**Súmula:** Altera e acresce os dispositivos que especifica, da Lei nº 17.082, de 2012.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica acrescentado o § 2º ao art. 8º da Lei Estadual nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, com a seguinte parágrafo:

“§ 2º As regras deste artigo não se aplicam à primeira rodada de conciliação.”

**Art. 2º** Fica acrescentado o art.10-A à Lei Estadual nº 17.082, de 2012, com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Caberá à Câmara de Conciliação de Precatórios emitir parecer conclusivo sobre o requerimento, em que, fundamentadamente, opinará sobre a aceitação ou não do crédito oferecido e, no caso de aceitação, indicará o percentual do crédito do credor originário a ser quitado.

§ 1º Com o parecer conclusivo, o requerimento será encaminhado ao Procurador-Geral do Estado, para deferimento, total ou parcial, ou indeferimento.

§ 2º Será dada ciência ao interessado da decisão e do parecer conclusivo em que ela se apoia.

§ 3º Caberá ao Tribunal de Justiça atualizar o valor do precatório objeto de conciliação.”

**Art. 3º** O *caput* do art. 11 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Instruído o feito com cálculos do valor atualizado do crédito, do valor para o acordo (art. 8º) e do montante dos tributos a serem retidos, será lavrado termo de acordo, a ser assinado pelo Procurador-Geral do Estado e pelo advogado do interessado, e homologado pelo Tribunal de Justiça, ao qual competirá efetuar o pagamento.”

**Art. 4º** Ficam acrescentados ao art. 14 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, os §§ 1º e 2º com a seguinte redação:

“§ 1º A data limite para cessão de crédito prevista no inciso II do *caput* deste artigo não se aplica a cessões de precatórios alimentares inscritos a partir do orçamento de 2001.

§ 2º No caso de recusa de crédito no parecer preliminar de que trata o § 3º do art. 16, o interessado poderá, por pedido protocolizado na sede da Procuradoria Geral do Estado em Curitiba, requerer a substituição por crédito de precatório alimentar, nos termos do § 1º deste artigo, ou por crédito de precatório comum, nos termos do inciso II do *caput* deste artigo, este desde que oriundo do mesmo cedente originário do precatório que se pretende substituir, observadas ainda as seguintes regras:

I – O pedido de substituição deverá ser formulado no prazo previsto no § 3º do art. 16, que não será prorrogável;

II – O crédito oferecido em substituição somente será aceito se preenchidos todos os requisitos legais e regulamentares, inclusive a exigência de certeza, liquidez e titularidade, não se aplicando à apreciação do pedido de substituição o disposto nos §§ 3º e 3º-A do art. 16;

III – Não se admitirá oferecimento de novo crédito se o oferecido em substituição não for aceito, no todo ou em parte.”

**Art. 5º** O *caput* do art. 15 da Lei Estadual n. 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, arrolando os créditos de precatórios a serem utilizados para quitação total ou parcial da parcela postergada de que trata o art. 19 desta Lei.”

**Art. 6º** O § 2º do art. 16 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A Câmara de Conciliação de Precatório encaminhará pedido de atualização do precatório ao Tribunal de Justiça, que poderá remeter os cálculos em via digital, cabendo à Câmara de Conciliação de Precatórios calcular o percentual do crédito objeto de conciliação e o valor dos tributos devidos a título de retenção legal, quando for o caso, e readequar o valor conciliado para o mês em que o acordo for firmado.”

**Art. 7º** O § 3º do art. 16 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a



seguinte redação:

“§ 3º Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para saná-las, sob pena de indeferimento total ou parcial do requerimento de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados:

I – da confirmação de leitura por meio eletrônico, se a intimação for eletrônica;

II – da data da ciência do recebimento do do Aviso de Recebimento, quando a intimação for via correio;

III – da data da assinatura da intimação pessoal.”

**Art. 8º** Fica acrescentado o § 3º-A ao art. 16 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, com a seguinte redação:

“§ 3º-A Se o ato a ser sanado demandar maior prazo, será concedido, mediante solicitação fundamentada, mais 15 (quinze) dias, contados segundo as regras do parágrafo anterior.”

**Art. 9º** O § 4º do art. 16 da Lei 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O interessado será intimado para comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e, querendo, firmar termo de acordo, podendo se fazer representar por seu advogado constituído no pedido de acordo. O direito do interessado ao acordo caducará em sessenta dias, contados da intimação prevista neste parágrafo, se ele não assinar o termo nesse prazo.”

**Art. 10.** O § 5º do art. 16 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3º, desta Lei.”

**Art. 11.** Os interessados que tiveram pedidos de acordo deferidos com deságio de 20% (vinte por cento) poderão requerer, no prazo de quinze dias, contados da publicação dessa lei, revisão administrativa, cujo objeto será apenas o recálculo, com exclusão do deságio, observado o disposto no art. 10-A, § 3º, da Lei Estadual nº 17.082, de 2012.

**§ 1º** As revisões administrativas fundadas neste dispositivo prescindirão de parecer conclusivo, bastando novo deferimento pelo Procurador-Geral do Estado, do qual se dará ciência ao interessado, a partir da qual fluirá prazo de sessenta dias para assinatura do novo termo acordo ou do termo de acordo complementar, observado o seguinte:

I – Não tendo havido migração de parcelamento, será emitida GR-PR para quitação parcial ou total da parcela postergada; se esta tiver sido inteiramente quitada, quitar-se-ão as parcelas anteriores, até o limite do crédito;

II – Tendo havido migração de parcelamento, será emitida GR-PR para quitação das última parcelas do novo parcelamento, até o limite do crédito.

**§ 2º** Não serão objeto de revisão administrativa os pedidos de interessados que tenham tido o parcelamento rescindido.

**Art. 12.** Os interessados nos expedientes cujos pedidos já foram indeferidos total ou parcialmente por recusa de precatório, e com parcelamento em dia, terão prazo de quinze dias, contados da publicação desta Lei, para oferecer crédito de precatório em substituição, respeitados os requisitos do § 2º do art. 14 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, incluído por esta Lei, por meio de pedido protocolizado na sede da Procuradoria Geral do Estado em Curitiba.

**Parágrafo único.** Em casos de acordos parciais já firmados, admitir-se-á adendo, que deverá ser precedido de parecer conclusivo complementar; nos demais casos, será lavrado novo parecer conclusivo. Em qualquer caso, aplicam-se as regras contidas nos incisos I e II do § 1º do art. 11 desta Lei.

**Art. 13.** A apreciação dos pedidos fundados nos arts. 11 e 12 desta Lei será feita paralelamente à ordem cronológica estabelecida nos §§ 1º a 3º do art. 15 da Lei Estadual nº 17.082, de 2012, segundo a data do protocolo desses pedidos.

**Art. 14.** Fica renumerado para § 1º o parágrafo único do art. 8º da Lei Estadual nº 17.082, de 2012.

**Art. 15.** Ficam revogados o § 2º do art. 10 e o inciso V do art. 14, todos da Lei Estadual nº 17.082, de 2012.

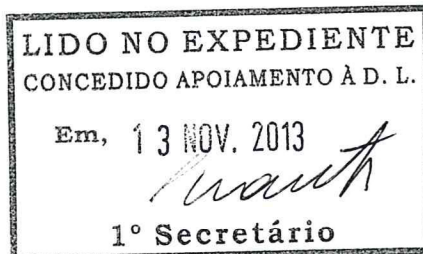
**Art. 16.** Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de novembro de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





## MENSAGEM

Nº150/2013

Curitiba, 11 de novembro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 13/11/2013

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva aperfeiçoar o regime de acordo direto de precatórios, criado pela Lei Estadual nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012.

Deve estar no âmago do acordo direto, modalidade de quitação de precatórios criado pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, efetivo espírito conciliador, em que as partes envolvidas – o Estado, enquanto devedor do precatório, e seus credores – cheguem a bom termo. O sistema há de estar de tal modo formatado a evitar que esse espírito seja substituído pelo de judicialização. Quando este último impera, já não há mais propriamente conciliação.

Assim, após a experiência de um ano da primeira rodada de conciliação, alguns ajustes mostraram-se necessários para se atingir esse desiderato.

Um dos pontos fundamentais do presente Anteprojeto reside na competência para cálculo atualizado do valor do precatório objeto de conciliação. Não mais será a Câmara de Conciliação o órgão a elaborar esse cálculo, mas sim o Tribunal de Justiça. Isso, em primeiro lugar, retira o caráter unilateral que hoje possuem os cálculos. Em segundo lugar, a modificação está em consonância com o disposto no art. 97, § 4º, c/c §§ 1º, I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Afinal, é o Tribunal de Justiça quem administra a conta especial de precatórios e efetua os pagamentos, inclusive pelas modalidades alternativas do art. 97, § 8º, do ADCT – entre as quais está o acordo direto (inciso III). Portanto, também ao Tribunal de Justiça cabe, como hoje já se sedimentou, atualizar os precatórios a serem pagos. À Câmara caberá, com base nos critérios do Tribunal de Justiça, apenas apurar o valor do crédito parcial, e atualizar o valor para a data em que o acordo for efetivamente firmado.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.

Abre-se, ainda, a possibilidade de substituição de precatórios. Se o que se busca é, por meio da conciliação, quitar mais precatórios, a rejeição de algum – por razões como iliquidez, suspensão por decisão judicial, ou problemas atinentes ao crédito em si, como excesso de cessão – há de se abrir a possibilidade de aceitação de outro precatório, em condições de ser conciliado. O instituto da substituição, porém, mereceu tratamento minucioso, de modo a minimizar seu óbvio efeito na velocidade da apreciação dos pedidos. Daí que se criaram determinadas restrições, como a de aceitação apenas determinados créditos de precatório, e a impossibilidade de saneamento em caso de rejeição desse novo crédito.

Outras alterações se mostraram necessárias. O parecer conclusivo ganhará mais maleabilidade: deixa-se claro que dele devem constar os percentuais envolvidos no acordo; os valores efetivos constarão apenas do acordo. Com essa maleabilidade, pôde-se alongar o prazo para firmar o acordo, hoje de cinco dias – que passará a sessenta. Como cabe à Câmara atualizar o valor para a data do acordo, este não precisa ser assinado no mesmo mês em que o parecer conclusivo é exarado.

Crê-se, assim, que o presente Anteprojeto, tornado Lei, aperfeiçoará a conciliação de precatórios.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



**Lei 17082 - 09 de Fevereiro de 2012**

Publicado no Diário Oficial nº. 8649 de 9 de Fevereiro de 2012

**Súmula:** Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**I - DOS ACORDOS DIRETO**

**Art. 1º.** Nos termos do art. 97, § 8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

**Art. 2º.** Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por representantes da Procuradoria do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

**§ 1º.** Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

**§ 2º.** A Câmara de Conciliação de Precatórios é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

**§ 3º.** ...Vetado...

**Art. 3º.** Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração contendo os poderes da cláusula ad judícia, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

**§ 1º.** Os créditos de litisconsortes, de substitutos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do art. 22, §4º, da Lei 8.906/94.

**§ 2º.** É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

**Art. 4º.** O cessionário, se o ato convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor originário do precatório poderão participar da conciliação.

**§ 1º.** Os interessados relacionados no caput deverão atender aos requisitos previstos nesta Lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

**§ 2º.** Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do de cujus serão admitidos à conciliação mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

**§ 3º.** Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha tanto judicial como a extrajudicial (escritura pública), prevista no art. 982, do Código de Processo Civil.

**Art. 5º.** O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do art. 3º, § 2º, desta Lei.

**§ 1º.** Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme art. 4º, caput e § 3º desta Lei, devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no caput deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor originário até o último cedente, nos termos desta Lei.

**§ 2º.** Para estabelecimento da cadeia dominial de sucessão do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação ao juízo de execução.

**Art. 6º.** A rodada de conciliação será veiculada através de decreto do Poder Executivo, que tem a competência para estipular seus critérios e condições.

**Art. 7º.** Todos os atos convocatórios poderão ser revogados e substituídos por outros a qualquer tempo, através de Decreto do Poder Executivo, ou perderão vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação.

I - estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

II - delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação.

**Parágrafo único.** As delimitações de que tratam os incisos I e II do caput somente se farão por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária.

**Art. 8º.** As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 6º, desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

I - pagamento com deságio em percentual fixo;

II - pagamento de acordo com oferta de deságio maior;

III - modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

**Parágrafo único.** Na modalidade prevista no inciso II, do caput, haverá pré-fixação de deságio mínimo.

**Art. 9º.** Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme art. 7º, I, desta Lei ou de filtragem, nos termos do art. 7º, II, desta Lei.

**Parágrafo único.** Se o crédito alimentar passar a gozar da preferência especial concedida pelo art. 100, § 2º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

**Art. 10.** Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, acompanhado dos documentos exigidos por esta Lei e pelo ato convocatório, sendo utilizado, para efeito de cálculo dos precatórios, os parâmetros de correção e juros de mora fixados em sentença ou Lei, combinados com a Súmula Vinculante nº 17, do Supremo Tribunal Federal e com o § 12, do art. 100, da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

**§ 1º.** A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial, a certeza, liquidez e titularidade do crédito.

**§ 2º.** Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

**Art. 11.** Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a Câmara de Conciliação de Precatórios apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento, na forma do § 2º, do art. 2º, e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado para a celebração do termo de acordo será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

**§ 1º.** O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, oriundos do repasse constitucional previsto no art. 97, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**§ 2º.** Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários fixados em sentença, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

**§ 3º.** A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

**Art. 12.** ...Vetado...

**Parágrafo único.** ...Vetado...



**Art. 13.** Não podem ser objeto de conciliação os créditos decorrentes de precatórios suspensos por decisão judicial.

**Parágrafo único.** Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial, exceto se a conciliação tiver como finalidade o pagamento dos débitos e créditos tributários, conforme previsto nos parcelamentos dos arts. 18 e 19 desta Lei e desde que a constrição judicial tenha sido deferida em favor do Estado do Paraná.

## II - DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES

**Art. 14.** A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá a objetivos de política de administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I - admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

II - admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 09 de dezembro de 2010, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

III - terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento dos acordos diretos protocolados na presente rodada, observado o disposto no art. 7º, I, retro e desde que atendam as exigências contidas nesta Lei.

IV - terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no art. 19, desta Lei, após as retenções previdenciárias e tributárias previstas em sentença;

V - admitirá habilitação a transferência de direito de credores originários ou cessionários de precatórios alimentares não pagos e inscritos até o orçamento de 2010.\*\* (Suspensa a eficácia do inciso por força de liminar deferida em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 916.377-1, em trâmite no Órgão Especial do e. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná) (Declarado Inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 916.377-1)

**Art. 15.** Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio de 20% (vinte por cento) do montante do crédito oferecido, atendidas as exclusões previstas no caput, do art. 5º, desta Lei.

§ 1º. Os pedidos de acordo serão apreciados segundo a ordem cronológica de inscrição do precatório objeto da conciliação, do mais antigo para o mais novo, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.

§ 2º. Se o pedido envolver mais de um precatório será considerado, para aferição do critério de prioridade na apreciação, aquele de maior valor.

§ 3º. Concorrendo interessados que ofereçam precatórios inscritos na mesma data ou partes de um mesmo precatório, preferirá aquele que possuir maior dívida tributária.

§ 4º. Os requerimentos referidos, porém ainda sem recursos efetivamente depositados, aguardarão a disponibilidade destes para a devida amortização, ficando os débitos fiscais, objeto do pedido, com a exigibilidade suspensa desde a data do requerimento previsto no art. 16, § 1º, desta Lei, nos moldes do art. 151, do Código Tributário Nacional.\*

**Art. 16.** Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, por meio de advogado, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria Geral do Estado do Paraná acompanhado:

I - de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, onde esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II - de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III - de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;



**IV** - original ou cópia autenticada da certidão expedida pelo Tribunal de Justiça ou em não sendo o credor originário da certidão de escritura pública de cessão, desde o credor original até o último cessionário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito;

**V** - de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do art. 19, desta Lei;

**VI** - de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do art. 4º, §§ 2º e 3º, desta Lei;

**VII** - ...Vetado...

**§ 1º.** Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no art. 21, desta Lei.

**§ 2º.** A Câmara de Conciliação de Precatórios atualizará o valor total do precatório requisitório e do tributo objeto da conciliação com base na data do requerimento previsto no caput deste artigo e na documentação constante deste, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos arts. 5º e 10, §§ 1º a 3º, desta Lei.\*

**§ 3º.** Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias, saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação. Se o ato a ser sanado demandar maior prazo este será concedido mediante solicitação fundamentada, em 15 (quinze) dias.

**§ 4º.** Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos arts. 5º, §§ 1º e 2º, e art. 10, §§ 1º a 3º, desta Lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador-Geral do Estado.

**§ 5º.** O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela Procuradoria Geral do Estado e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3º, desta Lei.

**§ 6º.** ...Vetado...

**§ 7º.** No termo do acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria Geral do Estado, após as retenções previstas em sentença, levante o valor depositado nos termos do art. 11 desta Lei e proceda ao seu imediato recolhimento, por GR-PR, para pagamento da parcela postergada.

**§ 8º.** Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do contribuinte, será a este disponibilizado o saldo remanescente dos precatórios.

**§ 9º.** Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do Estado do Paraná, poderá o contribuinte parcelar o saldo nos termos do art. 18, desta Lei.

**Art. 17.** As condições do art. 14 e os documentos e procedimentos previstos nos arts. 15 e 16, todos desta Lei, servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta Lei.

### III - POLÍTICAS FAZENDÁRIAS

**Art. 18.** Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão causa mortis e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta Lei.

**§ 1º.** O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

**§ 2º.** Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

**§ 3º.** O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos,



relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

**Art. 19.** Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão causa mortis e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total para a última parcela, aplicando-se o disposto no art. 25, I, desta Lei, devendo ser o restante dividido em até 59 (cinquenta e nove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no arts. 23, 25 e as demais condições previstas no art. 18, desta Lei.

**Parágrafo único.** A postergação prevista neste artigo será mantida independente do resultado do acordo direto previsto nos arts. 14 e 15, desta Lei, podendo, alternativamente, a critério do contribuinte, migrar para o parcelamento previsto no art. 18, desta Lei.

**Art. 20.** Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos arts. 18 e 19, desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 01 de novembro de 2011.

**Art. 21.** O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolizado na Agência da Receita Estadual – ARE, do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.

**§ 1º.** A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica a rescisão imediata do parcelamento.

~~**§ 2º.** A falta de recolhimento do ICMS declarado através da GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica a rescisão imediata do mesmo.~~

**§ 2º.** A falta de recolhimento do ICMS declarado por meio da GIA/ICMS mensal, desde que não regularizada no prazo de sessenta dias, no período de vigência do parcelamento, implica sua rescisão imediata.  
(Redação dada pela Lei 17452 de 27/12/2012)

**§ 3º.** A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

**§ 4º.** Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 1% (um por cento) do valor total do débito tributário consolidado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo.\*

**§ 5º.** Para adesão ao parcelamento previsto nos arts. 18 e 19, em face da postergação contida no art. 19, ambos desta Lei, não serão aceitos os créditos oriundos de precatórios como garantia dos créditos tributários, devendo o contribuinte proceder à substituição das garantias nas execuções fiscais.

**Art. 22.** Os créditos tributários parcelados nos termos desta Lei, e os honorários advocatícios decorrentes independem da apresentação de garantias, mesmo no caso de débitos já ajuizados. Porém, ficam mantidas as garantias de imóveis e de precatórios já com termo de penhora formalizado, ressalvadas as liberações previstas no art. 23, § 2º desta Lei e estarão sujeitos\*:

I - a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento;

II - a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo disposto na alínea anterior.

**Art. 23.** O valor de cada parcela do crédito tributário não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), ressalvado o disposto no § 4º, do art. 21 desta Lei, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

**§ 1º.** Caso o disposto no caput do presente artigo alcance pessoas físicas, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

**§ 2º.** Após o pagamento da primeira parcela do parcelamento previsto no art. 18 e 19, desta Lei, serão de imediato liberados todos os alertas judiciais (art. 615-A, do CPC), todas as penhoras, bloqueios ou depósitos judiciais: faturamento, valores monetários (BACENJUD), recebíveis, duplicatas ou cartões de crédito, estoques

e veículos quando substituídos por garantias em imóveis equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) dos valores liberados.

**Art. 24. ...Vetado...**

**Art. 25.** O contribuinte que efetivar a quitação do parcelamento do crédito tributário obterá os seguintes benefícios:

I - em parcela única, com redução de até noventa e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e de oitenta por cento dos juros de mora;

II - em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de oitenta por cento das multas punitivas e moratórias e, de sessenta por cento dos juros de mora;

III - em até cento e vinte parcelas mensais e sucessivas, com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora.

**Parágrafo único.** Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a", do inciso XIII, na alínea "h", do inciso XV e nas alíneas "b" e "c", do inciso XVII, todos do § 1º, do art. 55, da Lei nº 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

**Art. 26.** Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

§ 1º. Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, ficam preservadas as parcelas mensais e sucessivas determinadas em função do percentual calculado sobre a receita bruta mensal, nos termos do seu art. 3º.

§ 2º. Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, não se aplica o critério temporal de números de parcelas, prevalecendo, a qualquer tempo, exclusivamente, o critério contido no seu art. 3º.

§ 3º. O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o disposto nos §§ 1º e 2º, deste artigo.

**Art. 24.** O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

**Art. 28. ...Vetado...**

**Art. 29. ...Vetado...**

**Parágrafo único. ...Vetado...**

#### IV - DA REMISSÃO

**Art. 30.** Ficam cancelados os créditos tributários relativos ao ICMS, cuja soma, por devedor, atualizada até 31 de dezembro de 2010, seja igual ou inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais)

§ 1º. A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010

§ 2º. Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 3º. O disposto neste artigo:

I - não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos;

II - não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1º, do art. 55, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS

**Art. 31.** A Lei Estadual nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em



Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I – 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS;

II – 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;"

"Art. 1º-A Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR."

"Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a reemitir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR."

#### V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. ...Vetado...

Art. 33. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.470/2004.

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de Decreto.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de fevereiro de 2012.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*Luiz Carlos Jorge Haully*  
Secretário de Estado da Fazenda

*Julio Cesar Zem Cardozo*  
Procurador Geral do Estado

*Durval Amaral*  
Chefe da Casa Civil

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 608/2013**

**Projeto de Lei nº 608/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 150/2013**

**Súmula:** Altera e acresce os dispositivos que especifica, da Lei nº 17.082, 2012

**EMENTA:** ALTERA A LEI Nº 17.082, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

### **PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa alterar e acrescentar artigos na Lei Estadual nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, que regulamenta o Acordo Direito de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

Cumprе salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

**Art. 124** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Ademais, a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador, as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

**Art. 66** – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

**IV** – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:**

(...)

**VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei. (grifo nosso)**

Ademais, como o presente projeto objetiva alterar Lei que dispõe sobre *política fazendária*, necessário destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente, entre o Estado e a União, o direito tributário, conforme segue:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

**I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifo nosso)**

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

**Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

**Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.**

**Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:**

(...)

**III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;**

**IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;**

(...) (grifo nosso)

**Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:**

(...)

**XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;** (grifo nosso)



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Observa-se, ainda, que o projeto em tela não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

  
NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

**APROVADO**  
19.11.13 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

62/13

**Súmula:** Dispõe sobre o parcelamento especial dos créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, em razão de programa de conciliação judicial e extrajudicial.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, e aqueles decorrentes de lançamento de ofício não inscritos em dívida ativa, poderão ser pagos em até oitenta e quatro parcelas consecutivas.

**Art. 2º** Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados, poderão ser pagos em até trinta e seis parcelas consecutivas.

**Art. 3º** A formalização do parcelamento deverá ser realizada até 16 de dezembro de 2013, mediante requerimento protocolizado na ARE - Agência da Receita Estadual do domicílio tributário do contribuinte, com a indicação de todos os débitos que pretende parcelar, observando-se os limites e condições desta Lei.

**§ 1º** O débito objeto desse parcelamento será consolidado na data da concessão, com todos os acréscimos previstos na legislação.

**§ 2º** O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido do contribuinte.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

**§ 3º** O valor de cada parcela não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por parcelamento, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o primeiro dia útil seguinte ao da concessão e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

**§ 4º** Para as dívidas ajuizadas, o pedido de parcelamento será instruído com o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, esses limitados a 5% (cinco por cento) do valor total consolidado em execução fiscal.

**§ 5º** O parcelamento estabelecido por esta Lei, ainda quando se tratar de crédito ajuizado, independe do oferecimento de qualquer garantia ou prestação de fiança suficientes para liquidação do débito.

**§ 6º** O crédito parcelado estará sujeito:

I - a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC mensal aplicado sobre os valores do imposto e da multa constantes da parcela;

II - a juros de um por cento ao mês ou fração sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do disposto no inciso I;

III - ocorrendo o pagamento antecipado das parcelas, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC mensal até a data do efetivo pagamento.

**§ 7º** Acarretará a rescisão imediata do parcelamento:

I - a falta de pagamento da primeira parcela no prazo fixado no Termo de Acordo de Parcelamento;

II - o inadimplemento de três parcelas, consecutivas ou não, de valor correspondente a três parcelas, ou do saldo residual, por prazo superior a sessenta dias;

III - a falta de recolhimento do ICMS declarado em GIA/GIA-ST no período de vigência do parcelamento, desde que não regularizada no prazo de sessenta dias.

**§ 8º** Rescindido o parcelamento, o saldo do crédito tributário será inscrito em dívida ativa ou substituída a certidão de dívida ativa para início ou prosseguimento da cobrança judicial.

**§ 9º** O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, e sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas nos prazos fixados.

**Art. 4º** O disposto nesta Lei não autoriza:

I - a liberação de garantias anteriormente oferecidas em razão de outros Termos de Acordo de Parcelamento;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

II - a cumulação com outros benefícios fiscais concedidos.

**Art. 5º** Aplica-se, no que couber, subsidiariamente a Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 18 de novembro de 2013.



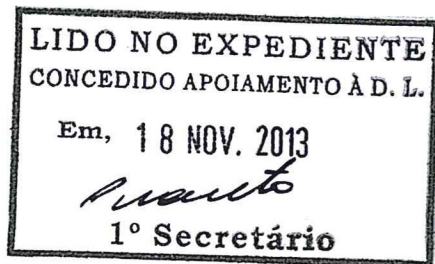
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



Curitiba, em 18 de novembro de 2013.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 18/11/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dispor sobre o parcelamento especial dos créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, em razão de programa de conciliação judicial e extrajudicial.

O Conselho Nacional de Justiça promove, anualmente, a Semana Nacional pela Conciliação, visando fomentar o acordo entre as partes envolvidas em litígios judiciais, reduzindo o grande estoque de processos que tramitam no Poder Judiciário mediante solução que atenda, de forma rápida e eficaz, ao interesse dessas partes.

Este ano, numa iniciativa inédita no Estado do Paraná, a Semana de Conciliação irá alcançar também os processos de Execuções Fiscais.

Entretanto, não há que se falar em conciliação sem que as partes estejam dispostas a facilitar a negociação. Diante desse contexto e buscando o sucesso da iniciativa, com a presente medida se propõe que, por período determinado, seja concedido prazo estendido para o parcelamento de débitos de ICMS e de ITCMD, bem como seja reduzida a incidência de honorários advocatícios e dispensada a apresentação de garantias ou prestação de fiança suficientes para liquidação do débito, para o parcelamento dos débitos tributários ajuizados.

Cumprе esclarecer que a proposta não dispensa multa e juros sobre o crédito tributário, inexistindo, portanto, renúncia fiscal e tem por finalidade tão somente auxiliar os contribuintes paranaenses a regularizarem suas pendências.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHА**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 612/2013**

**Projeto de Lei nº 612/2013**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 151/2013**

Dispõe sobre o parcelamento especial dos créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, em razão de programa de conciliação judicial e extrajudicial.

TRIBUTOS. PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, INCISO I. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTS. 13, INCISO I, 65 E 66. DECRETO ESTADUAL Nº 2.838/97. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o parcelamento especial de créditos tributários relacionados aos ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná*

**VISTA EM 19/11/13**

*Dep. Tadeu Venêri*

**CCJ**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

de Comunicação Imposto e o ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

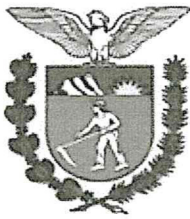
De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33–A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

### *Comissão de Constituição e Justiça*

Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.** (grifo nosso)

A Constituição Do Estado Do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

**Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*

(...)

**IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

**Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:**

(...)

**VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.**

Importante ressaltar que o ICMS é um imposto de competência estadual, conforme art. 155, II, da Constituição Federal:

**Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:**

(...)

**II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;**

Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a



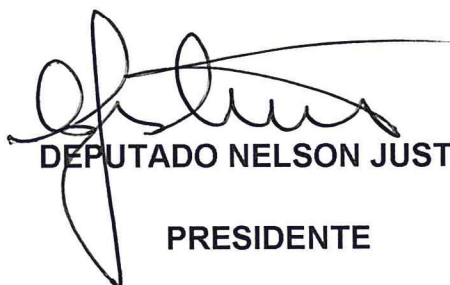
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*

qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**